

MUTUAL CRÉDITO SOLAR I COMPANHIA  
SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023

# MUTUAL CRÉDITO SOLAR I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Créditos  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Créditos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Créditos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Transações com partes relacionadas

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 5 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém operações e transações com partes relacionadas. Caso estas operações fossem realizadas com terceiros ou partes independentes, os resultados alcançados poderiam ser diferentes daqueles apresentados naquelas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Incorporação da Companhia

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia passou pelo processo de incorporação pela Virgo Trust Participações Ltda. em 20 de março de 2024, cujo protocolo de intenções, atas de deliberações e valor patrimonial base para incorporação foram devidamente aprovados pelos acionistas. Nossa opinião não contém modificação em função desses assuntos.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
Paulo Sérgio Barbosa  
Contador CRC 1 SP 120359/O-8



# Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros

## Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e Período de 25 de fevereiro (inicio das atividades) à 31 de dezembro de 2022

(Em Reais R\$)

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	12	(341)	(6)
Despesas tributárias	13	(4.850)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	14	4.536	-
Total de (despesas) receitas operacionais		<u>(655)</u>	<u>(6)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>(655)</u>	<u>(6)</u>
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras	15	2.374	-
Resultado financeiro líquido		<u>2.374</u>	<u>-</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.719</u>	<u>(6)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(413)	-
Resultado líquido do exercício e período		<u>1.306</u>	<u>(6)</u>
Quantidade de ações		1.000	1.000
Lucro por ação - R\$	11	<u>1,30600</u>	<u>- 0,00640</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

# Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros

## Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e Período de 25 de fevereiro (inicio das atividades) à 31 de dezembro de 2022

(Em Reais R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício e período	1.306	(6)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício e período	<u>1.306</u>	<u>(6)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

# Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e Período de 25 de fevereiro (início das atividades) à 31 de dezembro de 2022  
(Em Reais R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização de capital social em 25 de fevereiro de 2022	1.000				1.000
Resultado do exercício	-	-	-	6	6
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>994</u>
Resultado do exercício	-		-	1.306	1.306
Destinações					
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(309)	(309)
Reserva legal	-	65	-	(65)	-
Reserva de lucros			926	926	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.000</u>	<u>65</u>	<u>926</u>	<u>-</u>	<u>1.991</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Mutual Crédito Solar I Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e Período de 25 de fevereiro (início das atividades) à 31 de dezembro de 2022

(Em Reais R\$)

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		1.719	(6)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		(1.934)	(994)
Tributos a compensar	7	(2.928)	-
Outros ativos	4	994	(994)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		(94)	-
Obrigações fiscais		(94)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(309)	(1.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendo mínimo provisionado	9.3	309	
Capital Integralizado no período		-	1.000
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		309	1.000
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício e período		-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício e período		-	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

1. Informações gerais e contexto operacional

A MUTUAL CRÉDITOS SOLAR I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS ("Companhia"), foi constituída em Assembleia de 25 de fevereiro de 2022, sendo uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia tem como principais atividades: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos na legislação aplicável; (c) a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionada às operações de securitização de créditos supracitadas.

As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente ao Grupo VIRGO, e certas operações podem ter a coparticipação ou a intermediação de outras empresas integrantes do conglomerado. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativas são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

No âmbito de seu objeto social, a Companhia realizou em 19 de julho de 2022 a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie garantia real, em duas séries, sendo uma para distribuição pública e outra para distribuição privada, cujo valor total foi de R\$ 25.000.

Os recursos obtidos pela emissão serão direcionados exclusivamente e em regime fiduciário para a aquisição de direitos creditórios provenientes de operações de empréstimos concedidos a pessoas físicas ou jurídicas para aquisição de painéis solares, formalizados por meio de Cédulas de Crédito Bancário - CCB, as quais constituem garantia real em favor dos debenturistas. Em função do regime fiduciário da emissão e da vinculação dos ativos adquiridos e que constituem garantia real em favor dos debenturistas, a Companhia apresenta as demonstrações financeiras apartadas do patrimônio dela, na forma de patrimônio separado, à luz da Resolução CVM 60 de 23 de dezembro de 2021 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997, com redação atualizada por alterações posteriores.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais estão consistentes e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2. Bases de apresentação

#### 2.2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

#### 2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.2.3. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

#### 2.2.4. Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação e emissão das demonstrações financeiras teve autorização pela administração em 26 de março de 2024.

### 3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

##### 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos

###### Ativos financeiros

São ativos financeiros com fluxos de recebimentos calculáveis que não são cotados no mercado ativo, particularmente as ações adquiridas como investimento descritas no objeto social da Companhia e mencionadas nas notas explicativas nºs 1 e 5. Tais ativos foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, o investimento é mensurado mensalmente pela metodologia prevista no acordo de acionistas, com indexação à variação do índice IPCA, acrescida de um spread inicial, e sua variação reconhecida como receita financeira do exercício.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros avaliados a valor justo, nem por meio do resultado, nem por meio de outros resultados abrangentes.

#### Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter tais investimentos com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São classificados nesta categoria as aplicações relativas ao fundo de reserva da operação de emissão de debêntures.

#### Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no CPC 48, que são:

- a. Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- b. Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- c. Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

#### 3.2.2. Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; e

- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
  - ✓ O valor da provisão para perdas; e
  - ✓ O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47.
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
  - ✓ O valor da provisão para perdas; e
  - ✓ O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida;

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

### 3.3. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação; e
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem, quando aplicável, todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgadas em notas explicativas.

No período correspondente às demonstrações financeiras não há provisões para contingências ou ativos contingentes a serem reconhecidos.

### 3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O Imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$240 no ano, e a contribuição social de 9% sobre o lucro tributável. Consideram ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O ativo de imposto de renda e contribuição social diferido, quando aplicável, é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são revisados a cada data de relatório e são reduzidos pela sua utilização ou na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.6. Resultado

As receitas e as despesas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência.

Receita operacional:

A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, deságios/ágios e atualização monetária sobre o investimento principal em ações mencionadas na nota explicativa nº1, calculados pelo resultado referencial previsto na operação, e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários.

As receitas de contratos com clientes, se houver, estabelecem um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas:

- i) A identificação do contrato com o cliente;
- ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- iii) A determinação do preço da transação;
- iv) A alocação do preço da transação; e
- v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

Deste modo, o momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das operações contratadas e/ou dos respectivos instrumentos de debêntures para os quais oferecem alienação fiduciária. Em condições normais, a transferência dos riscos e benefícios se dá na emissão das Debêntures para as quais a Companhia não oferece qualquer garantia de retorno aos investidores. Nessa oportunidade, exceto pelas receitas operacionais que ainda serão auferidas pela Companhia ao longo do prazo da operação, as receitas já auferidas são reconhecidas e o respectivo caixa transferido.

### Despesas operacionais

A despesa operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas na emissão de debêntures, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão desses instrumentos de dívida.

Essas despesas são reconhecidas na Companhia quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à titularidade dos créditos foram transferidos para os investidores; (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos de emissões puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que ganhos adicionais serão oferecidos aos investidores e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o ganho é reconhecido como uma elevação da despesa operacional conforme as demais despesas vinculadas às emissões sejam reconhecidas.

### 3.7. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

### 3.8. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### 3.9. Novas normas e interpretações

As novas normas ou alterações de normas e interpretações vigentes à partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Não foram emitidas novas normas ou interpretações que poderiam trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Outros créditos - diversos

Refere-se à antecipação dos custos realizada pela Companhia inerente à emissão das operações de securitização que seria compensada posteriormente pelos patrimônios fiduciários, todavia, com o encerramento antecipado da operação em dezembro de 2023, os valores foram regularizados já que a operação detinha valores a receber junto a matiz, sendo assim, não houve repasse financeiro:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber	-	994
Total	-	994

5. Partes relacionadas

A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal-chave da administração, além destes na pessoa física.

As receitas de gestão do patrimônio separado são pagas pelo patrimônio separado diretamente à Virgo Companhia de Securitização, empresa coligada, conforme previsto no contrato de cessão de créditos e escritura de debêntures, e totalizaram R\$ 70 (R\$ 95 em 2022).

As despesas incorridas na operação de securitização são suportadas pelo patrimônio separado na operação de securitização dos recebíveis financeiros e debêntures emitidas, conforme descrito na nota 1, em regime fiduciário.

6. Remuneração dos administradores

Não houve remuneração aos administradores.

7. Impostos e Contribuições a compensar ou restituir

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributos a restituir de exercícios anteriores (i)	414	-
Antecipações do próprio exercício (ii)	141	-
IRRF sobre aplicações financeiras (ii)	2	-
Impostos recolhidos a maior	638	-
Total	2.928	-

MUTUAL CRÉDITOS SOLAR I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 25 de fevereiro (data de início das atividades ) à 31 de dezembro de 2022  
(Em Reais - R\$)

---

- (i) Esses valores referem-se aos saldos credores da Companhia, onde há em curso pedidos de restituição e de compensação de valores junto à Receita Federal do Brasil, os quais aguardam homologação deste órgão.
- (ii) Referem-se a impostos retidos e/ou recolhidos antecipadamente.

## 8. Fiscais e Previdenciárias

<u>Descrição</u>	31/12/2 023	31/12/2 022
Impostos e contribuições sobre o lucro (Conforme Nota Explicativa nº 16).	413	-
Contribuições a recolher (PIS e COFINS)	215	-
Total	628	-

## 9. Patrimônio Líquido

### 9.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 1000, divididos em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 9.2. Destinação do resultado

A reserva legal é constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo de 20% do capital social da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi constituída uma reserva legal no montante de R\$ 65 (R\$ - em 2022).

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 309 (R\$ - em 2022).

O saldo de lucro remanescente relativo ao exercício de 2023, no montante de R\$ 926, foi destinado à reserva de lucro para posterior destinação pela administração a serem aprovada pelos acionistas.

#### 10. Resultado por ação

O resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023, um lucro de R\$ 1.306 (prejuízo de R\$ 6 em 2022), dividido pela média ponderada das ações no mesmo período, que é de 1.000 ações, representou um lucro de R\$ 1,30600 por ação (prejuízo de R\$ 0,00640 em 2022).

#### 11. Informações sobre a emissão de debêntures em regime fiduciário.

Na data destas demonstrações financeiras a Companhia possuía emissão de debêntures lastreadas em direitos creditórios adquiridos e vinculados exclusivamente ao regime fiduciário, ou seja, cujo pagamento é primariamente condicionado ao recebimento de recursos dos direitos creditórios e dos demais bens, direitos e garantias que o lastreiam, amparada na Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997, com redação atualizada por alterações posteriores, e na Resolução CVM Nº 60, de 23 de dezembro de 2021, e alterações posteriores.

As referidas normas legais dispõe que as Companhias Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta, e que as demonstrações financeiras dos patrimônios separados constituídos a partir da emissão de Certificados de Recebíveis e outros títulos e valores mobiliários perante investidores, entre aqueles, as debêntures, devem ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos por aqueles normativos, incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

#### 12. Despesas administrativas

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras (i)	341	-
Total	<u>341</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se a encargos e multas sobre o atraso no pagamento de obrigações

MUTUAL CRÉDITOS SOLAR I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 25 de fevereiro (data de início das atividades ) à 31 de dezembro de 2022  
(Em Reais - R\$)

---

13. Despesas Tributárias

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	321	-
Impostos e taxas	4.529	-
Total	<u>4.850</u>	<u>-</u>

14. Outras Receitas e Despesas Operacionais

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras (i)	<u>4.477</u>	<u>-</u>
Variação Monetária	59	-
Total	<u>4.536</u>	<u>-</u>

- (i) Refere-se ao reembolso das das despesas sobre valores a pagar à operação, dos quais não serão repassados devido terem sido despesas em prol do andamento da própria operação. Desta forma, o reembolso é considerado como receita.

15. Receitas Financeira

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras (i)	<u>2.374</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.374</u>	<u>-</u>

- (i) Refere-se, substancialmente ao ganho com imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras das operações fiduciárias.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

a) Demonstração do cálculo do Imposto de renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.719	-
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	1.719	-
IRPJ - Alíquota de 15%	258	-
CSLL - Alíquota de 9%	155	-
Imposto de renda e contribuição social do período	<u>413</u>	<u>-</u>

17. Gerenciamento de riscos

Visão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social.

Hierarquia de valor justo

Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação dos riscos operacionais; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Como resultado, alguns riscos inerentes à atividade da Companhia, não são identificados nas operações e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a) Risco de mercado - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é anulado em face da compatibilidade entre os investimentos realizados e a emissão de debêntures para o financiamento daqueles, uma vez que se utilizam de garantias entre si de fluxo de caixa e retorno, amparadas em acordo de acionistas. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa de liquidez diária e tem seus saldos ajustados a valor de mercado.

b) Risco de crédito - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco o investimento realizado é co-dependente da emissão de dívida por meio das debêntures, sendo que os fluxos de caixa proveniente dos investimentos estão plenamente compatíveis com o fluxo de caixa esperado para a amortização da dívida, sem riscos associados à Companhia. Qualquer situação que possa envolver insolvência no investimento, os efeitos serão transferidos aos debenturistas investidores, conforme os termos da escritura de debêntures. O risco de crédito dos ativos de liquidez é minimizado em função do baixo risco de insolvência da instituição financeira depositária dos valores.

c) Risco de liquidez - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de caixa entre o investimento principal e a alavancagem na emissão de debêntures. Para as despesas correntes, as reservas disponíveis são consideradas suficientes.

d) Pré-pagamentos - O risco derivado de eventuais pré-pagamentos advindos do investimento principal, incomum em operações desta natureza, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos (debêntures) que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações recebidas.

e) Risco operacional - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento dos investimentos e captações de recursos, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática, são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações.

#### Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

#### Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

### 18. Serviços prestados pelo auditor

Em atendimento à Instrução nº 162/22 da CVM, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. Relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame das demonstrações financeiras.

### 19. Eventos subsequentes

Em 20 de março de 2024, através de assembleia geral extraordinária, foi deliberado a incorporação da Companhia pela Virgo Trust Participações Ltda, a incorporação integra um projeto de reestruturação societária que, resultará em uma simplificação da estrutura societária atual das sociedade que compõem o grupo econômico, com a conseqüente unificação da administração e de suas atividades, resultando em maior eficiência econômico-financeira e operacional, e que poderá acarretar na redução de custos diversos, tais como fiscais, administrativos, financeiros, dentre outros, culminando, por fim, na extinção da sociedade Incorporada.

MUTUAL CRÉDITOS SOLAR I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 25 de fevereiro (data de início das atividades ) à 31 de dezembro de 2022  
(Em Reais - R\$)

---

Para tanto, houve a elaboração de Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Mutual na data-base de 29 de fevereiro de 2024 realizado pela Verdus Serviços Profissionais de Contabilidade S/S Ltda, o mesmo foi aprovado pelos acionistas da incorporadora e pelos acionistas da incorporada.